

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

DISCURSOS DA AUTOGESTÃO OPERÁRIA

Darlene Arlete Webler

darlene.webler@gmail.com

Doutora em Letras – Estudos de Linguagem

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A presente pesquisa tem por foco as práticas discursivas de trabalhadores autogestionários, cujas organizações associativas de produção industrial estão inscritas sob as orientações da Economia Solidária (ECOSOL). São empreendimentos cooperativos de trabalhadores da indústria metal-mecânica que se instauraram a partir de massas falidas capitalistas, ou seja, a partir da falência de empresas tradicionais de gestão patronal. Tais empreendimentos se apresentam como alternativas de geração de trabalho e de renda, mas também de construção de novas relações de produção, de novas práticas sociais e discursivas.

Nosso propósito principal reside em observar e analisar como as práticas discursivas, emergentes nessas experiências de autogestão, são desarranjadas, rearranjadas e transformadas, instituindo um novo campo discursivo. Assim, o estudo passa pela observação dos discursos que emergem dos e sobre os sujeitos autogestionários, revelando novas concepções de trabalho, novas práticas discursivas que são atravessadas por saberes confluentes, contraditórios e até antagônicos à autogestão.

A opção teórica se alicerça na perspectiva da Análise do Discurso, a partir de Michel Pêcheux, pelo seu enfoque nos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais, em uma compreensão de que a ideologia é constitutiva desses processos e determinante dos discursos, dos sujeitos e dos sentidos. Considerando o viés materialista dialético e histórico, o percurso de estudos está ancorado na história das Formações Sociais, em noções como Condições de Formação,

Formação Ideológica, Formação Discursiva, Bloco Histórico e Intelectual Orgânico, para pensar nas redes discursivas e ressonâncias interdiscursivas de autogestão.

Relativamente à materialidade discursiva utilizada para fins de análise, tomamos as produções discursivas de trabalhadores da autogestão, assessores, sindicalistas, políticos e simpatizantes, que foram obtidas, prioritariamente, através de entrevistas, mas também através de materiais de formação sócio-político-administrativa e de materiais de informação – seja de circulação restrita, seja de circulação aberta à população. Ressaltamos que esta pesquisa, ao analisar os processos de discursivização de operários inseridos em empreendimentos industriais autogestionários sobre suas práticas sociais, desnuda um fascinante novo jeito de trabalhadores se organizarem em uma dinâmica adversa à das empresas tradicionais capitalistas.

Com vistas a um melhor desdobramento do nosso estudo relativamente aos discursos produzidos nas e sobre as organizações de trabalho autogestionário, optamos por apresentar a abordagem nas seguintes subseções: *1. A Autogestão* e *2. Os Discursos da Formação Discursiva Autogestionária*.

1. A Autogestão

A organização associativa autogestionária de trabalhadores, sob a inscrição *Economia Solidária* (ECOSOL), tem seu reflorescimento recente no Brasil. Especificamente no Rio Grande do Sul, seu desenvolvimento se efetiva a partir do início da década de 1990, sendo fortemente impulsionado pelo Programa de *Economia Popular e Solidária* (ECOPOPSOL), surgido em 2000, a partir da junção de diferentes forças orgânicas sociais, sindicais, políticas e institucionais.

Os empreendimentos cooperativos de autogestão caracterizam-se pela concepção de economia alicerçada em princípios de solidariedade, de participação popular e de autonomia. A dinâmica de funcionamento autogestionário, na verdade, desnuda um fascinante novo jeito de organizar-se em uma dinâmica adversa à das empresas tradicionais capitalistas, visto que as relações de dominação-subordinação, próprias de estruturas patronais (relação patrão-empregado), são desconstruídas para, em seu lugar, serem implementadas relações de gestão solidária de sujeitos em condições iguais na dinâmica produtiva.

Esse processo de organização tem origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários em reação organizada ao neoliberalismo global em curso. Ele tem potencial para avançar estrategicamente na construção de uma sociedade pós-capitalista, na medida em que viabiliza a expansão de redes solidárias nos campos da economia, da política e da cultura, em processos que se interligam em nível local, regional e mundial. Mance (2002) chama este processo de Revolução das Redes de Colaboração Solidária. Tais redes articulariam, na economia, os sistemas de comércio justo, abolindo as regras de mercado; proporcionariam a cooperação tecnológica e intelectual, além do financiamento ético e solidário entre as organizações, sociedades e nações.

O caráter estratégico e classista do processo de organização cooperativista tem debate antigo e centrado fundamentalmente na contradição entre uma economia estrutural de mercado e a viabilização de empreendimentos cooperativos. Em linhas gerais, as cooperativas podem ser pensadas como instituições de caráter socializante e, em uma economia liberal, procuram, contraditoriamente, reproduzir a lógica do mercado e manter sua dimensão social. Nas palavras de Luxemburgo (1973, p. 32), “as cooperativas, e em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista”.

No que tange à cooperação, logo percebemos que, como ela tem suas origens nas necessidades humanas a serem satisfeitas, as manifestações de auxílio mútuo surgem, com maior frequência, em períodos sociais adversos à satisfação das necessidades coletivas. É esta a explicação teórica para o aparecimento de associações cooperativas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos.

Nessa ótica, a razão do ato cooperativo está na dificuldade, na dependência, na insuficiência do agir individualizado para satisfazer necessidades imediatas, o que não significa que os indivíduos participantes dessas organizações adquiram convicções e consciências da cooperação. Ao contrário, segundo Marx (1977, p. 37), “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Contudo, as organizações podem reforçar e difundir esses ideais ou inibir seu desenvolvimento de acordo com o seu processo organizativo e suas relações de poder e convivência.

Em relação aos empreendimentos solidários instaurados a partir de massas falidas, é fundamental atentar que a superação de culturas e relações habituais de trabalho não ocorre automaticamente quando se instala o novo regime jurídico e social do empreendimento. Todo processo de construção que antecede a formalização da organização é necessário que seja uma construção coletiva para que ocorra o estabelecimento de interesses comuns. Nesse sentido, tratar de cooperativa significa tratar de cooperação, tratar da natureza das relações que entre si os homens estabelecem com vista a um objetivo comum. É a partir da forma de organização que se cria condições para novas relações de poder e para relações sociais de produção. Nesse sentido, há duas questões centrais: (a) a gestão democrática do conhecimento, ou seja, a apropriação coletiva de todo o processo produtivo, o que a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária chama de *saber coletivo dos trabalhadores*; e (b) o estabelecimento democrático e transparente de critérios da distribuição dos resultados econômicos, que se dá na remuneração do trabalho, na distribuição dos resultados e nas estratégias e projetos de investimento, inovação e desenvolvimento da empresa.

A instauração de empreendimentos autogestionários é uma opção corajosa e desafiadora de um conjunto de pessoas historicamente subjugadas a desempenhar um papel secundário no processo produtivo, que se propõe a vivenciar novos processos e relações de produção, caracterizados por uma dinâmica democrática e transparente no gerenciamento de tarefas e decisões, bem como de critérios de

distribuição dos resultados econômicos. Portanto, o caráter dos empreendimentos da Economia Solidária ou de Economia Popular e Solidária¹ não remete apenas a espaços democráticos de decisão, mas à apropriação do próprio processo e estratégias produtivas e de comercialização por parte dos trabalhadores.

2. Os Discursos da Formação Discursiva Autogestionária

Considerando que a compreensão da materialidade da língua, da linguagem verbal, está ancorada a um contexto sócio-histórico, a nossa opção teórica, para tratar das práticas discursivas dos trabalhadores autogestionários, se alicerça na perspectiva da Análise do Discurso, de linha francesa, caracterizando-se pelo enfoque nos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais. O presente estudo passa pela observação, no plano discursivo, de manifestações de cultura e consciência de cooperação, inseridas em um movimento de práticas sociais e políticas confluentes, contraditórias e até antagônicas.

As condições de produção das práticas discursivas autogestionárias, aqui enfocadas, estão situadas, por um lado, na emergência do acontecimento, ou seja, na constituição organizativa e jurídica do empreendimento industrial de autogestão e, por outro, na própria história dos trabalhadores com vistas à sua emancipação e à superação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é imprescindível considerar diferentes questões sobre o funcionamento e as práticas discursivas que caracterizam as empresas tipicamente capitalistas, com relações patronais, para que se estabeleçam as distinções entre estas e os empreendimentos solidários. Da mesma forma, observar e analisar como se dão as relações de reprodução e também as de transformação das práticas discursivas dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente na modalidade de associação autogestionária, suas tomadas de posições e seus efeitos, o processo de assujeitamento pela qual os indivíduos se constituem como sujeitos de seu discurso.

As reflexões teóricas e analíticas sobre o processo de *desarranjo* das concepções e práticas da gestão empresarial, de *rearranjo* e de *transformação* destas concepções e práticas em novas concepções e práticas mostraram evidências de outros discursos, provindos de outros lugares que não são os da Economia Solidária, bem como contradições que, possivelmente, permeiam e se revelam de diferentes formas no processo de organização autogestionária. Nessa perspectiva, optamos por trabalhar com o domínio discursivo de referência (a formação discursiva de referência – FDR) que é *Formação Discursiva dos Trabalhadores Autogestionários* (FDTA) para nos reportarmos aos saberes e práticas discursivas dos sujeitos inseridos em cooperativas solidárias de autogestão; além de outras duas formações discursivas que se articulam, em alguma medida, à formação discursiva de referência, a saber: a *Formação Discursiva Empresarial* (FDE), em que se inscrevem saberes e práticas

¹ Atualmente, no RS, são usados igualmente as designações de Economia Solidária e de Economia Popular Solidária.

discursivas da gestão empresarial tradicional, e a *Formação Discursiva Político-Sindical* (FDPS), em que estão inscritos os saberes e práticas discursivas de instâncias de apoio e assessoria aos empreendimentos de Economia Solidária.

Para fins analíticos, tomamos as práticas discursivas de trabalhadores associados e de agentes assessores e apoiadores da autogestão, levando em conta os processos de discursivização, ainda que estes não se caracterizem pela linearidade. O percurso de análise foi organizado da seguinte forma: (1) os saberes empresariais que emergem fortemente na materialidade discursiva (da FDE), reproduzindo percepções e relações hegemônicas na sociedade atual; (2) os saberes e discursos que rompem com os saberes e práticas patronais (saberes da FDPS), em um processo de desarranjo e rearranjo de saberes e práticas; e (3) os saberes e práticas que instauram novos saberes e novas práticas discursivas que são as da autogestão, inscritas sob a concepção da Economia Solidária (FDTA). Assim, recortamos sequências discursivas de referência (Sdr), a partir de entrevistas com trabalhadores cooperativados e de depoimentos transcritos de materiais de formação da ANTEAG, e sequências discursivas (Sd), a partir de entrevistas com dirigentes políticos e sindicais.

Ainda que se trate de reflexões e análises extensas e complexas a respeito do processo de desarranjo, rearranjo e transformação de saberes e práticas discursivas, optamos por apresentar, para fins de ilustração no presente texto, duas sequências discursivas de referência: a primeira é fortemente atravessada por saberes empresariais (da FDE), ao passo que a segunda revela a instauração de um novo campo discursivo (a FDTA) e nela é possível observar traços da subjetividade dos sujeitos.

Sdr 1 – (...) *quando a gente está de macacão, igual a todo mundo, ninguém nos vê como um cara que sabe mais ou menos do que os outros não. Pelo contrário, muitas vezes, o companheiro chega e diz: pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende de nada.* (J.P.)

Nesta Sdr 1, aparecem saberes próprios da empresa capitalista como a percepção de uma condição de operários “iguais” entre si, marcada pelo uso do macacão, que simboliza e concretiza um lugar de *inferioridade* e de *limitação* na hierarquia da empresa; portanto, é uma igualdade entre trabalhadores subvalorizados e explorados no mundo do trabalho capitalista. Nesta medida, o operário entende não ter conhecimentos (ou tê-los de forma periférica) e nem capacidade para o que está além do seu trabalho braçal específico na linha de produção. Sua baixa valorização está atrelada, para ele, ao vestuário que porta: se estiver paramentado como operário, não terá credibilidade; mas, se estiver se apresentando com vestimentas próprias do universo empresarial, será visto como alguém que “sabe” e deve ser respeitado por isso, merecer credibilidade.

A perspectiva de o trabalhador-associado falar sobre a empresa no mercado de trabalho, de opinar sobre a produção, de planejar investimentos, de avaliar o processo da prática de gestão ainda parece ser um lugar estranho e distante dele enquanto sujeito-trabalhador que faz parte de uma empresa que já não tem mais patrão. Mais uma vez, a condição de inferioridade pode ser observada, na fala do metalúrgico ainda, pelo uso do *ninguém*, na passagem “*ninguém* nos vê como um cara que sabe

mais ou menos do que os outros não”, representando um *ninguém* entre o grupo dos que “não sabem” no interior da empresa, especificamente aqueles que trabalham no setor de produção.

Historicamente, o trabalhador é levado a ocupar tal lugar de *ser incapaz e ignorante*, em favor de outro(s) *que sabe(m)* e, por isso, legitimamente, *pode(m) mais*, ou seja, tem mais poder. Na empresa tradicional, a distância entre quem trabalha na linha de produção (fábrica) e quem trabalha na estrutura administrativa (escritório) está fortemente marcada. O macacão é vestimenta própria dos operários da fábrica e representa uma das marcas desse distanciamento. Nessa perspectiva, na fábrica, estariam os que não têm conhecimento, os que não sabem ou tem o que falar/opinar, os que apenas sabem fazer o trabalho braçal; ao passo que, no escritório, estariam os que *sabem*, os que têm conhecimentos, os *diplomados*.

A resposta de autodefinição de J.P. evidencia esse distanciamento entre fábrica e escritório, mas também entre os trabalhadores do mesmo setor (*linha de produção*), especialmente na passagem: “pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende de nada”. Trata-se de indícios da gestão empresarial presente na autogestão, o que conduz a pensar nas razões de certa desconfiança de alguns trabalhadores em relação à “igualdade” nas relações de autogestão entre os trabalhadores de diferentes setores ou níveis de produção – *serviços* na linha de produção. Tal diferença, entretanto, é apenas tangenciada de modo superficial entre quem está de “macacão” e quem não está. Além de desconfiança, pode haver até um sentimento de *desconforto* do trabalhador diante do desafio de *ocupar* um lugar legitimamente seu, mas que historicamente lhe foi negado: um lugar de co-responsabilidade pelo processo de gestão do empreendimento.

Diferentemente da Sdr 1, a seguinte Sdr revela novas concepções e práticas discursivas.

Sdr 2 – *O trabalhador é mais que um soldador. Não basta ser só soldador, que é o papel do soldador. Mas quando ele levanta a máscara, ele já é um outro agente no processo. Ele é um todo. (...) ele faz o processo. Nós só vamos conseguir mais a partir do momento que o trabalhador sacá isso... porque é mais fácil ele pensar na produção do que agir na produção.* (J.H.)

Nesta Sdr 2, temos a caracterização do ser sujeito autogestionário que é mais do que um profissional que transforma a matéria-prima em um produto. É pertinente a associação ilustrativa que J.H. traz do soldador que, ao levantar a máscara que protege seu rosto das faíscas da soldagem, já não é mais só um profissional técnico – ou seja, um soldador –, ele é um agente do processo cooperativo autogestionário, é um sujeito inserido em relações solidárias e co-responsável por elas, é um trabalhador que junto com outros faz acontecer a autogestão operária, em meio à competitividade do mercado. É, na verdade, uma concepção que se inscreve nos domínios de saberes da FDTA.

Podemos apreender, no entanto, a partir do fragmento “*Nós só vamos conseguir mais a partir do momento que o trabalhador sacá isso... porque é mais fácil ele pensar na produção do que agir na produção*”, que, muitas vezes, os trabalhadores não têm incorporado essa lógica, esse perfil de sujeito que faz a autogestão. A compreensão de ser sujeito da autogestão – que significa ser mais do que um profissional e gestor de um empreendimento – é fundamental para assegurar o próprio

processo autogestionário. Caso contrário – se esse saber não for incorporado pela maioria dos associados –, pode ali estar uma brecha para que saberes da gestão empresarial tomem o lugar dos autogestionários.